



MOC: RUMO AOS 50 ANOS

“Compartilhando Experiências, Construindo Aprendizagens”



MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Antonio Albertino Carneiro – Presidente
José Jerônimo de Moraes – Diretor Técnico
João Batista de Cerqueira – Diretor Financeiro
Theresinha Dantas de Menezes – Diretora de Relações Públicas
Jussara Secondino do Nascimento – Diretora Administrativa

Célia Santos Firmo – Secretária Executiva
Maria Vandalva Lima de Oliveira – Coordenadora Pedagógica

Equipe de Elaboração:

Ana Paula Mendes Duarte
Bernadete Mariene C. Santos
Célia Santos Firmo
Daiane Almeida Ferreira
Jussara Secondino do Nascimento
Kívia Maria da Silva Carneiro
Maria José Esteves
Maria Vandalva Lima de Oliveira
Nayara Cunha da Silva
Naidison de Quintella Baptista
Renata Almeida
Vera Maria Oliveira Carneiro

Organização:

Ana Paula Mendes Duarte
Maria José Esteves
Maria Vandalva Lima de Oliveira
Vera Maria Oliveira Carneiro

Revisão:

Ana Paula Mendes Duarte
Maria José Esteves
Maria Vandalva Lima de Oliveira
Vera Maria Oliveira Carneiro

Diagramação

Apronto Comunicação

Impressão:

EMGRAF - Empresarial Gráfica Feirense

Tiragem:

1.000 exemplares

Produção:

MOC - Movimento de Organização Comunitária

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
OS CAMINHOS TRILHADOS RUMO À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA (1967 - 2014)	
Período de 1967 a 1970	
Nasce o MOC - Movimento de Organização Comunitária	07
Década de 1970 - 1979	
O MOC sobrevive aos anos difíceis do Regime Militar	13
Década de 1980 - 1989	
Mobilização para acesso aos direitos	23
Década de 1990 - 1999	
Os Caminhos Metodológicos Trilhados	27
Década de 2000 - 2009	
Principais bandeiras de lutas, metodologia e aprendizagens.....	37
Início de uma nova década 2010 - 2014	
Novos Desafios, Novos jeitos de Caminhar	47
Depoimento de Naidison Quintella Baptista	55
ALGUMAS CONCLUSÕES	57
Anexo:	
Matriz de Planejamento Estratégico Institucional 2014 - 2018.....	59

APRESENTAÇÃO

No mundo atual em que as relações estão muito virtuais, o espaço para guardar a memória está sendo deixado de lado. Nosso objetivo com esta sistematização da história do MOC é disseminar essa experiência. Quando escrevemos e publicamos, eternizamos. Afinal, a história da humanidade foi eternizada através dos registros, principalmente os escritos. E para nós que fazemos parte da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, trazer o memorial de lutas e organização de um povo é muito significativo.

O Movimento de Organização Comunitária - MOC, uma Organização Não Governamental, está próximo de completar 50 anos de atuação no Semiárido da Bahia. Sistematizar sua experiência tornou-se um desafio necessário para nós, pois são tantas vivências e experiências, tantas pessoas que participaram dessa construção, tantos caminhos desbravados e percorridos, tantas lições aprendidas e ensinadas, que tornou-se uma grande tarefa fazer este registro histórico de forma mais aprofundada.

No entanto, motivadas e motivados pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, iniciamos a construção da memória viva do MOC. Ressaltamos, porém que este caderno de sistematização, é apenas um começo, pretendemos aprofundar na ocasião em que o MOC completará meio século de história. Nele contém alguns momentos de atuação, por décadas. Porém, sabemos que é um breve resumo.

No início, houve a grande dúvida: por onde começar? Começamos então com as “sementes vivas” que construíram histórias e reunimos para trazer a memória. Albertino Carneiro, Vera Torres, Luis Silva, Therezinha Menezes, Naidison Baptista, Francisca Baptista, ou seja, pes-

soas que trabalhavam no início do MOC e outras que ainda trabalham, além de algumas lideranças comunitárias que participaram desde o início. Além de partir da vivência dessas pessoas, fizemos uma leitura minuciosa de todos os Relatórios Anuais do MOC, de outros documentos produzidos, buscamos depoimentos de pessoas e identificando suas principais aprendizagens. Dividimos por décadas para construir uma linha do tempo. Mas, quando iniciamos percebemos que tinha muito mais e que serão necessários outros momentos, mais tempo e outro material para completar. Este é um começo.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que esta produção fosse possível. Primeiro à CESE, às comunidades que o MOC atua, às pessoas que deram depoimentos vivos e outras que tem experiência, à toda equipe e diretorias do MOC desde o início até os dias atuais, que com dedicação, compromisso político e social, competência e crença no mundo melhor, contribuíram para a existência do MOC e o cumprimento da sua missão.

Compartilhamos esta experiência e suas aprendizagens, movidas pelo desejo de que cada pessoa que a ela tenha acesso possa contribuir com a construção de um mundo melhor, mais justo e solidário.

Celia Santos Firmo

Secretária Executiva do MOC

Maria Vandalva L. de Oliveira

Coordenadora Pedagógica

Vera Maria Oliveira Carneiro

Coordenação do Projeto



OS CAMINHOS TRILHADOS RUMO À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA (1967 – 2014)

PERÍODO DE 1967 a 1970

NASCE O MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Daiane Almeida Ferreira¹

*“Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Somos todos iguais braços dados ou não.
Nas escolas, nas ruas, campos, construções,
Caminhando e cantando e seguindo a canção”.*
(Geraldo Vandré)

Do desejo de semear a cidadania e da força de vontade de um jovem padre, é gestado em 1967 o Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Com a missão de animar as comunidades periféricas urbanas e rurais na busca pela organização, desenvolvimento e a conquista de direitos básicos, o MOC foi aos poucos se estabelecendo em Feira de Santana.

Através do apoio da Igreja Católica, o então padre Antonio Albertino Carneiro, ligado a Paróquia do Senhor do Bonfim, bairro Cruzeiro em Feira de Santana, uma das mais pobres do município, deu início a uma parceria com a Federação de Assistência Social (FASE), entidade do Rio de Janeiro, que, além de contribuir com a formação, foi a primeira a financiar um projeto, o que definiu o início dos trabalhos do MOC no ano de 1967, conforme relato do mesmo

Em 1967 fui indicado pela Diocese para iniciar algo novo, começar um trabalho comunitário com uma equipe técnica em convênio com a FASE (Federação de Assistência Social e Educacional), com sede no Rio de Janeiro. Parti para estagiar na primeira etapa de treinamento em Desenvolvimento Comunitário, precisamente na noite de São João em 1967. Estaguei sozinho um mês. Voltei a Feira de Santana para buscar reforço de um sociólogo: José Batista da Silva. Voltamos juntos ao estágio no Rio de Janeiro, em agosto. Em outubro, regressamos à Feira de Santana em companhia de representantes da FASE, que vinham assinar o Convênio da FASE/Diocese de Feira de Santana, em outubro de 1967.

¹ Historiadora e Comunicadora Popular.

E ainda acrescenta que

Em 27 de outubro de 1967 iniciou-se em Feira de Santana uma experiência nova na região: uma equipe técnica encarregada pela Diocese de assessorar o trabalho comunitário da Igreja Católica, com uma visão ecumênica, porque a fome e o subdesenvolvimento não têm religião. Esse tipo de trabalho não era comum nesta região, inclusive entre os católicos, que compreendiam as ações com a população excluída só como esmola, e esta não precisava de técnicos.

A esse conservadorismo social e religioso, acrescia-se o momento de grande repressão política. O nome da Diocese ajudou a ser poupada de tal experiência, mas exigia da equipe recém formada muito equilíbrio pedagógico para que a experiência não voltasse ao lugar comum da religião vivida até então por aqui. E nem se confundisse com aspectos especificamente político partidários.



Antonio Albertino Carneiro: primeiro secretário executivo e atual presidente do MOC

O MOC tinha como área de atuação os 30 municípios que pertenciam a Diocese de Feira de Santana. O trabalho iniciou com as dificuldades de quem ainda não tinha experiência. Poucos recursos financeiros e humanos.

No entanto, o MOC desde sua origem priorizou uma metodologia de aprendizado com sua própria caminhada com acertos e erros. As avaliações sobre o trabalho eram constantes, os dias de estudo com a equipe possibilitavam novas reflexões e a imagem do MOC foi se transformando aos poucos. Como conta José Batista, sociólogo e um dos fundadores do MOC junto ao padre Albertino Carneiro

Eu e Albertino fizemos treinamento no Rio de Janeiro, na FASE para começar os trabalhos. Eu fazia as comissões nos bairros mais pobres, nós fazíamos as reuniões e as pessoas colocavam os problemas existentes. Íamos atrás do prefeito para encaminhar as questões e éramos bem recebidos, mas nem sempre era fácil, tinha as dificuldades. O trabalho do MOC foi bem aceito. Nos municípios como Amélia Rodrigues, Riachão do Jacuípe, os padres das paróquias começavam a ver o resultado do trabalho e faziam pedido para o MOC ir trabalhar lá.

Como já era de se esperar, o começo de um grande trabalho traz sabores e dissabores, e, com o MOC não poderia ser diferente. Inicialmente, os recursos chegavam com certa dificuldade, se esperou ansiosamente pela confirmação da FASE, que aprovou o primeiro projeto. A equipe de trabalho também era reduzida, aos poucos os trabalhos de capacitação de mão de obra e formação com lideranças comunitárias e de formação de mão de obra foram ganhando financiadores locais e do exterior, como afirma José Batista

Os recursos eram da FASE, ela conseguia os projetos no exterior. Nós estávamos com muita dificuldade, aí chegou o telegrama de Padre Edmundo, diretor da FASE, informando que os bispos da Suíça aprovaram o projeto, era o primeiro convênio do MOC.

A caminhada do MOC logo foi se somando aos passos de outras pessoas, ganhando mãos amigas e voluntárias que tinham interesse em contribuir com a mudança da realidade das pessoas excluídas, como bem se recorda Francisca Carneiro Baptista, que desde o princípio acompanhou esse caminhar

Eu vim para Feira entre 1967 e 1968, e me lembro do trabalho dos estagiários, e via o trabalho com as comunidades. Tinham pessoas que trabalhavam voluntariamente nas comunidades, fazendo as reuniões.

Mobilizar as comunidades e reunir-se para discutir as questões locais nem sempre era tarefa das mais fáceis, à medida que o trabalho do MOC ia se estabelecendo, coincidiu com o momento em que o regime militar no Brasil entrava nos chamados “anos de chumbo”².

Em 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5, que reprimiu com mais violência qualquer situação considerada uma ameaça ao regime. O MOC vivenciou esse momento da história do país contando com o apoio e o “prestígio” da Igreja Católica, embora no princípio dos trabalhos o Padre Albertino tenha sido chamado a prestar esclarecimentos por conta do registro do nome do MOC, como relata

Fui inquirido pela Segurança Nacional e me perguntaram: por que você está fazendo um trabalho clandestino? Expliquei que era padre e meu trabalho era realizado com a Diocese. Eles me disseram que se eu não registrasse iriam considerar o movimento como comunista, MOC - Movimento Operário Comunista. Foi aí que eu disse: “Não, o senhor está mal informado, não é um trabalho clandestino não, nós não temos medo de dizer o que somos e o que fazemos”.

E ressalta

Eu não sofri nenhuma tortura física, nem tortura moral. Fui interrogado duas vezes, muito de relâmpago. Mais que um militante de política partidária, eu tenho sido um militante de política social. Essa atuação social e religiosa marcou muito minha vida, por isso não fui tão visto como elemento perigoso durante a ditadura por não participar de nenhum “aparelho”³.

Depois desse acontecimento narrado por Albertino Carneiro, o Bispo Dom Jackson, responsável pela Diocese, acelerou o processo de registro da entidade.

Um dos aspectos principais da metodologia que o MOC desenvolvia eram de fato reuniões, o que despertava atenção dos militares. O MOC embasava sua ação na ideologia da Teologia da Libertação e depois prosseguiu no método de Paulo Freire, que chama os sujeitos a romper com os laços de opressão impostos pela sociedade capitalista, como conta Antônio Carlos, “Seu Tico”, agricultor familiar no município de Serrinha, que participava das reuniões organizadas pelo MOC nas comunidades e lembra como eram essas conversas

² Período de maior repressão da Ditadura Militar em que adotavam os métodos antidemocráticos.

³ Aparelho era qualquer organização considerada contrária e que combatia as ações da Ditadura Militar.

No período da ditadura era feroz, nós estávamos em reunião, não sei como foi que chegou no conhecimento do SNI⁴. Albertino percebeu de imediato, pois chegou o contato e naquela época era difícil. [Ele] foi um companheiro que ajudou e ajuda muito. Tava todo mundo na vigília, antes deles chegar era libertação, quando eles chegavam era salvação. Eles saíam dizendo ‘aqueles são otários, estão falando de salvação’, não sabendo eles que o pessoal sabia que a libertação chama para uma ação. Na escola a gente não podia estudar essas coisas, a gente estudava nas reuniões [...] a gente estudava Karl Marx, Paulo Freire [...]. Tinha os momentos religiosos: Semana Santa, Natal, Mês da Bíblia, constantemente ia saindo os problemas e a comunidade buscava resolver.

E os problemas eram os mais diversos. Qualificação da mão de obra, formação para agricultores, falta de escolas e creches, moradia, postos de saúde, entre tantos outros problemas que acometiam as populações do campo e da cidade que participavam das ações do MOC nesse começo desafiador.

Como relembra Vera Torres, uma ex-funcionária do MOC “Eu me lembro do princípio, esse trabalho comunitário de campanhas. Campanha de cobertor, filtro, horta comunitária”. Isso revela o quanto as pessoas eram carentes e tinham necessidades básicas para sobreviver, e ainda, como a luta do MOC e das famílias, com o passar dos anos, iria se tornar cada vez mais complexa, e mais desafiadora em torno de direitos.

Ainda nos primeiros anos de trabalho, uma marca forte do aprendizado do MOC foi sua metodologia nos processos de formação, tanto para a equipe de trabalho, quanto para o público da ação. Sobre essa metodologia, Terezinha Menezes, ex-educadora popular do MOC, recorda-se da importância das parcerias com as universidades desde o princípio

Uma coisa constante no MOC é a questão de formação de pessoal, não só o público alvo, as comunidades, agricultores, mas também a relação com as universidades. No começo havia uma relação com a Universidade Católica e a UFBA, com estudantes, e nos últimos anos com a UEFS. O MOC tinha sensibilidade para trabalhar não só com os processos, mas também em situações de emergências, como a distribuição de alimentos. Os trabalhos eram feitos nas comunidades com apoio de estagiários. Os estudantes eram da área de Sociologia, Medicina, entre outros.

⁴ Serviço Nacional de Informação (SNI), um aparelho repressor da Ditadura, criado por Lei N. 4341/1964.

Os anos 1970 chegaram apontando para o MOC desafios ainda maiores que os do começo da caminhada do fim dos anos 1960. A partir de então, a entidade se lançou em novos projetos e temáticas, sem deixar de olhar as questões políticas que lhe chamavam para a luta. Essa nova década chegou com novas experiências e muita reflexão para a prática do MOC.



Os caminhos
percorridos por um
sertão mais justo

DÉCADA DE 1970 – 1979

O MOC SOBREVIVE AOS ANOS DIFÍCEIS DO REGIME MILITAR

Maria José Esteves⁵

*“Pelos campos a fome em grandes plantações,
Pelas ruas marchando indecisos cordões.
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão,
E acreditam nas flores vencendo o canhão”.*
(Geraldo Vandré)

Durante a década de 1970, três generais se sucedem no governo do Brasil e a ditadura militar implantada em 1964 atinge o apogeu durante a primeira metade do decênio, ao fim da qual começa a se abrandar. O AI-5 vigora por quase todo o período, assim como o sistema bipartidário, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) dando sustentação ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) fazendo oposição.

A filiação do MOC à diocese de Feira, desde sua fundação em 1967, não demorou muito. Não havia identificação do clero com o trabalho do MOC. Setores da igreja não viam com bons olhos a atuação da entidade e descarregavam muita desconfiança e ciúmes no Padre Antonio Albertino Carneiro, seu fundador. Nos corredores, havia aqueles que o considerava “comunista”.

Em julho de 1970 o MOC adquire personalidade jurídica própria como entidade autônoma, constituindo-se numa Organização Não Governamental - ONG do tipo associação, época em que elabora seu primeiro Estatuto e elege sua primeira diretoria tendo Joaquim Pondé Filho como Presidente, e Albertino Carneiro como Secretário Executivo.

Enquanto isso, fazendo decidido uso de recursos como o AI5⁶, o presidente Emílio Médici que havia assumido o poder em 1969 para um mandato de quatro anos e meio, protagoniza o governo do período militar em que a repressão, o silêncio das forças de oposição, o cerceamento das liberdades públicas e as denúncias de violação dos direitos humanos atingem o ápice.

Elementos históricos que marcaram o período de repressão contextualizam as dificuldades que as instituições tinham em promover autonomia para as suas ações no apoio aos movimentos populares da época. O Estatuto do MOC que nasceu nesse período também trazia o respeito à autoridade máxima.

⁵ Jornalista - Técnica do Programa de Comunicação do MOC.

⁶ Ato Institucional 5 - um ato que reprimia mais ainda os movimentos e pessoas que lutavam contra a opressão da Ditadura Militar.

A formação clerical de Albertino e o sentimento paternal que este tinha para com a instituição reforçaram, por sua vez, o quadro centralizador no período. Mesmo porque, em muitas ocasiões, o fundador do MOC, por ter vínculo com a Igreja servia de amparo para a entidade “aparando arestas” quando ocorriam conflitos entre a instituição MOC e órgãos de repressão. (O Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana, Bahia: Um Estudo de Avaliação Sócio-Econômica de Sua Experiência, FUNDAJ-OXFAM, 1990, pg. 17).

Apesar de ser um período muito difícil, os primeiros cinco anos da década de 1970 são de prosperidade sob os auspícios do chamado “milagre brasileiro”. Destacam-se no governo Médici diversas iniciativas nas áreas econômica e social, tais como: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA; o Plano de Integração Social - PIS; o Programa de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica; o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que pretendia erradicar o analfabetismo em 10 anos; o Estatuto do Índio; a institucionalização do Projeto Rondon, que promovia o atendimento das populações carentes do interior por alunos de medicina e odontologia, dentre outras .

Entretanto, havia senões na política de desenvolvimento seguida pelo governo Médici. Por um lado, aumentava a desigualdade na distribuição de renda, a ponto de o próprio presidente chegar a afirmar que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento. Por outro lado, crescia-se ao preço do endividamento externo, tanto que no final de 1973 a dívida externa já era de 12,6 bilhões de dólares (em 1964, era de 1,5 bi).



**As famílias
assessoradas
pelo MOC eram
prioritariamente
de baixa renda -
Crescimento da
desigualdade social
marcou a década.**

Mas o Brasil é um país de dimensões continentais, desigualdades sociais gigantescas, particularmente nas distribuições da terra e da renda. A migração campo-cidade era uma realidade que enchiam os centros urbanos que tinham em 1970, 55,9% da população total do país, passando para 67,6% em 1980. No Nordeste brasileiro, onde o MOC está inserido, a concentração da riqueza é ainda mais acentuada, aumentando com o passar dos tempos: 1970, o 1% mais rico da população detinha 10,5% da riqueza, passando para 29,3% em 1980. Já os mais pobres ficavam com 23,4% em 1970 e 14,9%, em 1980.

O elemento básico do que se poderia classificar como a “filosofia do MOC” consiste na crença e na luta por um mundo novo, mais igualitário, mais justo. A população que o MOC “atendia” com suas ações, era constituída pela gente excluída pertencente à diocese de Feira de Santana, cujos integrantes são subempregados urbanos, pequenos proprietários rurais, diaristas, posseiros, meeiros, arrendatários. É no mundo dessa gente que as iniciativas do MOC se desenvolvem nessa década, caracterizada pela mobilização e organização de grupos comunitários a quem se dá apoio e de quem se procura obter adesão para os momentos de questionamentos da realidade, de aprofundamento e de subsídios à reflexão em torno de problemas existentes e das soluções de interesse comunitário.

Assim, foram organizadas as primeiras Associações em alguns bairros de Feira de Santana a exemplo do bairro da Rua Nova e do Santo Antonio dos Prazeres, bem como nas comunidades de Matinha e Lagoa Grande onde foram criadas as primeiras Associações Comunitárias Rurais.

Moradores da Lagoa Grande em frente à sede da ACOMAQ - Associação Comunidade Maria Quitéria construída pelos sócios com assessoria do MOC, em 1975. (Foto atual)



As histórias envolvendo a assessoria do MOC às comunidades e em especial à comunidade de Lagoa Grande são muitas. Uma delas é contada por Maria das Graças Almeida Santos, moradora local, lembrando que o local até hoje é conhecido como MOC, tamanha era a parceria.

Muitas pessoas chamam Lagoa Grande de MOC até hoje. Tem a história do ex-prefeito José Falcão levado por engano pelo seu motorista para uma reunião na sede do MOC, no Jardim Cruzeiro, porque disseram na Prefeitura que a reunião seria no MOC. Mas a reunião seria na Lagoa Grande que chamavam de MOC. O prefeito esperou por muito tempo no lugar errado e a reunião não aconteceu. E o povo lá no “MOC”, ou seja, na Lagoa Grande, esperava o prefeito e nada!

Algumas ações características do MOC na época eram as roças comunitárias, atuação com vários minicursos profissionalizantes, treinamentos agrícolas, casas de farinha e um elementar Fundo Rotativo, que apoiava atividades variadas das comunidades. Mas, sobretudo, tendo como base estas e outras ações, a reflexão sobre a própria realidade e como modificá-la a partir da organização local.

Conhecida na comunidade Lagoa Grande e nas redondezas como “cumadre”, dona Maria Cruz dos Santos, hoje com 65 anos de idade e quase 40 anos “na ativa” como ela mesma diz, iniciou sua formação como Parteira em 1972, quando o MOC prestava assessoria na área de saúde e assumia aspectos que iam desde a medicina convencional, passando pela fitoterapia e até outros vieses.



**Maria Cruz
dos Santos**

Conforme a mesma relata

“No início fui capacitada pelo MOC para cuidar das pessoas com água, argila, prestar os primeiros socorros. Depois me formei como Parteira pelo MOC e o treinamento em 1972 era com Doutora Cida, em Bonfim de Feira, e depois praticamos na Casa de Saúde Santana e no Hospital Dom Pedro. Já estou com 40 anos na ativa e já fiz mais de 400 partos. Graças a Deus nunca tive problemas. Aqui todos me conhecem e me procuram também para socorrer, dar ponto, tudo isso graças ao que aprendi pelo MOC”.

(Maria Cruz dos Santos – Parteira pelo MOC)

Durante toda a década as comunidades encampavam “campanhas” de fossas higiênicas, de filtros, de vacinação e outras que já se constituíam em hábito na maioria das comunidades onde o MOC atuava. Tais atividades se desenvolviam como parte da ação comunitária como um todo e a sua definição requeria uma série de estudos e debates. As campanhas foram assumidas pelas equipes locais de saúde e o MOC dava o suporte e apoio necessário, atendendo sempre às solicitações das comunidades com orientação sanitária, assessoria e apoio financeiro. Ainda existiam as campanhas de melhorias habitacionais, de construção de reservatórios que eram construídos em mutirões pela comunidade.

O que restou da “privada” construída durante “Campanha da Fossa” encabeçada pelo Programa de Sanitarismo do MOC, na década de 1970. Residência de Marilda de Lima Sales Cerqueira, bairro Santo Antonio dos Prazeres, em Feira de Santana-Ba.



Em 1972 os efeitos do trabalho iniciado nos cinco anos anteriores começam a aparecer. É grande a confiança dos comunitários no trabalho e algumas comunidades já dão andamento às atividades com um acompanhamento apenas esporádico. Nos municípios onde o MOC atuava, destaca-se o empenho das pessoas da comunidade para a construção do espaço físico e sede da Associação local e do posto de saúde. Vistos pelos moradores como símbolo/ identidade do grupo, fortalecimento da sua ação junto à comunidade. Nesse ano o MOC concluiu o processo de seu registro no Conselho Nacional de Serviço Social, seu Estatuto foi registrado em inteiro teor e o MOC foi declarado de Utilidade Pública Municipal, processo iniciado no ano anterior. Em 1973 o MOC recebe a Certificação como Entidade Filantrópica.



Sedes de Associações e Sindicatos foram construídas em regime de mutirão. Muitas com blocos fabricados pela própria comunidade durante os cursos de pedreiro promovido pelo MOC.

Um relacionamento até então inexistente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, controlado por fazendeiros que utilizavam a entidade com fins políticos, (velhos “coronéis”) foi provocado a partir do enfrentamento de um conflito por posse da terra na Fazenda Candeal, próxima a Matinha. O conflito resultou no assassinato de um trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975.

Este fato gerou uma reflexão sobre o papel de um sindicato de trabalhadores que não assumia a defesa dos seus associados e se colocava a serviço dos interesses dos fazendeiros. Com incentivo do MOC e da Pastoral Rural, que também desempenhou um papel importante na luta sindical, os trabalhadores rurais investiram na busca do controle da entidade, assumindo a sua direção. O mesmo aconteceu em Serrinha onde a oposição sindical manteve-se firme por 12 anos até a conquista, por eleição, do controle da entidade.

Com o desenvolvimento dos trabalhos junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as Associações Comunitárias, o MOC percebeu que o quadro de sócios das instituições era composto prioritariamente por homens. Até então o trabalho das mulheres nas propriedades rurais era entendido apenas como “ajuda”, percebendo assim que elas apenas desenvolviam as tarefas da casa e a educação dos filhos, não entendendo este como um trabalho importante, enquanto as atividades dos homens eram consideradas relevantes, pois era o trabalho que trazia o sustento da família.

A partir da década de 1970 em todo Brasil acontecem algumas lutas por condições de igualdade de gênero, fazendo emergir os movimentos feministas.



Neste contexto, as mulheres não possuíam o direito de serem associadas aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, por não serem consideradas trabalhadoras rurais. Os próprios documentos das mulheres traziam que elas eram domésticas, ou do lar, em nenhum documento aponta sua profissão como trabalhadoras rurais. A mulher não havia despertado para o reconhecimento do seu papel na propriedade familiar e não tinha noção do grau de subordinação em que se encontrava. A partir da década de 1970 em todo Brasil acontecem algumas lutas por condições de igualdade de gênero, fazendo emergir os movimentos feministas. Possibilitou, também, um conjunto de discussões e reflexões que resultaram, mais tarde, em 1984, na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR.

Na segunda metade da década a economia do país entra em crise com a alta dos juros internacionais e do preço do petróleo. Nas comunidades da periferia, que ainda continuavam com a assessoria do MOC, prevaleciam lutas reivindicatórias por direitos básicos e pequenas tentativas de geração de renda: padarias comunitárias, fábricas de vassouras, curso de corte e costura e outras atividades. A incorporação da dimensão econômica no processo de trabalho

permitiu a “conscientização” dos agricultores/as a partir de questões concretas do dia-a-dia deles: a compreensão sobre a inflação que à época corroía as pequenas finanças, os juros que eram cobrados, as dificuldades de mercado.

Quando a TV em cores começa a ser popular no final dos anos 1970, o MOC junto aos produtores/as rurais trazia à tona a discussão dos seus problemas especialmente a exploração no processo de comercialização dos produtos, como a alta e crescente cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS num valor que chegou a corresponder 150% do preço.

Apesar de ser uma necessidade básica para a sobrevivência, a venda de uma simples saca de feijão pagava um imposto tão alto que era melhor deixar a mercadoria ser apreendida quando a gente era surpreendido pelos fiscais.

(José Caciano Pereira da Silva, sindicalista e morador da Comunidade Lagoa Grande)

Foi então que em Outubro de 1979, agricultores e agricultoras familiares do Semiárido fizeram uma grande manifestação viajando até Salvador para pedir o fim do imposto que pagavam ao vender nas feiras livres o produto excedente da sua agricultura de subsistência. Com o apoio do MOC em todo o processo, viabilizando os encontros de articulação e de reflexão, surgia assim o “Movimento do ICM”, a primeira manifestação pública de agricultores/as pós-ditadura militar implantada em 1964.

Este ano, o movimento já contando com o abaixo-assinado de 7.500 assinaturas foi levado em caravana de 403 lavradores ao Governador do Estado, Câmara dos Deputados e Secretaria da Fazenda, reivindicando a isenção da cobrança do ICM sobre o feijão, farinha e milho, quando produzidos por pequenos agricultores.

(Relatório Anual do MOC, 1979, pg.12).

Apesar da força do movimento, naquele momento o governador não atendeu a solicitação dos agricultores, que reivindicavam a mudança na Legislação, mas meses depois foram publicadas portarias do governo estadual flexibilizando a cobrança do ICMS para os agricultores/as.

A tomada de consciência dos agricultores/as quanto aos seus direitos e à sua capacidade de organização foi crescendo com a interferência do MOC e permitiu a adoção de iniciativas

“Movimento do ICM”, a primeira manifestação pública de agricultores/as pós ditadura militar implantada em 1964 reuniu 403 homens e mulheres do campo.



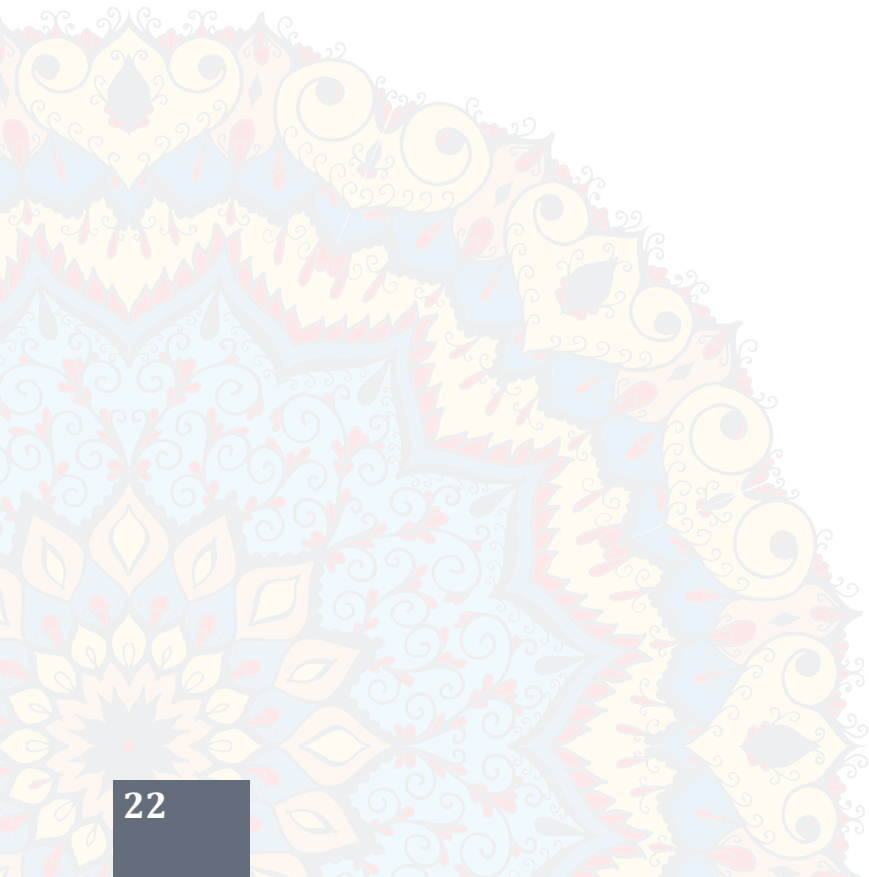
mais abrangentes voltadas para a busca de soluções coletivas. Neste contexto nascia a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB que tinha o propósito de assumir a comercialização dos produtos dos agricultores e de lhes fornecer os gêneros de primeira necessidade. A princípio era única para toda a área da Diocese de Feira de Santana em seguida, ainda em 1980 foram criadas APAEB's em seis municípios, posteriormente desmembradas em Associações totalmente separadas juridicamente.

A partir daí, amplia-se o raio de ação da entidade para vários municípios e para a área rural. De quatro municípios e 14 comunidades assessoradas no ano de 1970 para 14 municípios e 71 comunidades ao final de 1979.

Durante toda a década de 1970 fica claro, quanto à metodologia do MOC, que a assessoria desenvolvida segue uma linha ativa e participativa da organização através de sua equipe. Mas a decisão sobre o que fazer e como, compete sempre à comunidade, com que a instituição estabelece o diálogo e a troca de saberes.

A presença do MOC junto às população como agente que propicia os processos comunitários, dá-se através de reuniões, de dias de estudos, de visitas às comunidades. Nessas oportunidades, questões gerais como organização, projetos, problemas rurais, dentre outros, são tratados de maneira dialógica, com informações, apontando a proposta do MOC, criando avanços de pequenas providências comunitárias, envolvendo pessoas e constituindo um quadro de lideranças locais.

O papel fundamental do MOC ao fim dessa década e início dos anos de 1980, continua sendo definido a partir das demandas populares, que chama a atenção para temas novos, cujo impacto e potencial transformador depende, em parte, da capacidade do MOC em saber percebê-los e trabalhá-los junto às comunidades.



DÉCADA DE 1980 - 1989

MOBILIZAÇÃO PARA ACESSO AOS DIREITOS

Nayara Cunha da Silva⁷

*“Nas escolas, nas ruas, campos, construções,
Somos todos soldados, armados ou não.
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Somos todos iguais braços dados ou não”.*
(Geraldo Vandré)

A década de 1980 é regada de grandes lutas pela democratização do país e é marcada por um trabalho forte de mobilização da sociedade civil organizada em torno do acesso aos direitos. Neste período o trabalho do MOC desenvolvido nas periferias urbanas começa a ampliar as ações nas comunidades rurais.

A articulação com vistas à fundação da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB contribui para isso: intensifica-se a presença do MOC nos municípios de Feira de Santana, Serrinha, Anguera, Araci, Santa Bárbara, Ichu e Valente. Do ponto de vista metodológico, o processo de debates sobre educação popular, o protagonismo das pessoas e da dimensão comunitária, parece ter acentuado bastante o viés comunitário da caminhada, que passa a ser decisivo e marcante.

Nesta década, o MOC dá sequência a implementação de processos voltados para o desenvolvimento comunitário, ou seja, ações que envolvem e atendem boa parte da comunidade, como por exemplo, hortas, roças, criatórios, ações de saúde, dentre outras. Metodologicamente, a entidade fortalece neste momento estratégias de desenvolvimento local, com viés que interferia na vida da instituição e organização, com grandes repercussões nos processos gerenciais e administrativos da entidade.

Uma constatação dessa época é o chamado *‘generalismo’* (profissional presente na instituição que tratava de tudo e teria como obrigação entender todas as demandas administrativas e processos na entidade) o que nem sempre garantia a qualidade dos produtos e impactos nem continuidade dos processos. Diante desse contexto, foi preciso para a própria sobrevivência da instituição e a garantia da efetividade de bons serviços às comunidades, repensar suas estratégias metodológicas, encontrando outro caminho para atuação. Definem-se, então, uma atuação por áreas programáticas e estratégias de ações mais definidas.

Essa redefinição das ações, com programas e atividades voltadas para resultados concretos, gerou outras dificuldades. Uma delas foi a setorização das ações, com implicações


⁷ Comunicadora Social - Coordenadora do Programa de Comunicação do MOC

na integração das atividades e dos/as técnicos/as. Buscar o alinhamento entre as áreas, rompendo os extremos de uma pessoa fazer tudo e depois cada um cuidar do seu pedaço, foi e continua a ser um desafio para o MOC.

Outros aspectos ainda merecem destaque:

- No mundo urbano continuam as despensas comunitárias, as lutas variadas, a datilografia, as experiências de melhoria habitacional;
- No campo da saúde a medicina preventiva, filtros, o trabalho com as parteiras e começa a aparecer a dimensão da saúde como um direito das pessoas;

Nesse período aparece mais explicitamente o debate e prática da agricultura orgânica, expressa em várias práticas tipo cobertura morta, armazenamento, adubação e combate às pragas de forma natural, compostagem, as chamadas tecnologias apropriadas, energias renováveis tipo catavento e biodigestores, práticas estas que, embora ainda dispersas, eram sinais da perspectiva hoje assumida como agroecologia.



**Curso de
Armazenamento
com Pimenta do
Reino - 1987**

No campo da agricultura se acentuava ainda o uso de arados, fruteiras, criatórios de pequenos animais e outras atividades, com destaque para:

- Consolidação do Fundo Rotativo - um fundo para pequenos empréstimos- já que não havia créditos para os agricultores nem para os moradores das periferias urbanas. Aqui é identificada a raiz dos processos de crédito cooperativo e da construção destas

políticas. Ressalta-se, no entanto, que na época não havia ainda debates e reflexões sobre o que mais tarde se passou a denominar de viabilidade técnica e econômica da propriedade;

- Nascimento da APAEB, em julho de 1980, que nasce com a marca do associativismo forte. As dúvidas e problemas no campo da gestão desafiavam os agricultores, pois eram processos que demandavam conhecimentos específicos. A APAEB trabalhava com postos de venda de produtos industrializados, armazenamento e revenda de produtos dos agricultores, quando estes apresentavam melhor preço no mercado, moinho de milho, casas de farinha e outras iniciativas de agregação de valor aos produtos.

Batedeira
Comunitária da
APAEB em
Valente - 1989



- Organização das mulheres, inicialmente em Clubes de Mães, com o objetivo de lutar por creches para as crianças, por melhorias habitacionais e fossas sépticas para suas residências. Isso amplia o leque de suas ações para debater seus direitos, sua auto-organização e a ocupação de espaços na sociedade. Surge desse processo as primeiras sementeiras para a constituição dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR's nos municípios de Araci, Serrinha e Retirolândia, que depois se ramificou para outros municípios.



Muitas ações marcaram a intervenção das mulheres na sociedade

- Mobilização social em torno de pautas comuns ganha ênfase, e com ela a luta específica e oriunda da problemática da Barragem de Pedra do Cavalo, que à época, de forma injusta, expulsava agricultores e agricultoras de suas terras. O MOC, ao lado de sindicatos e vários outros parceiros como o Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ, de Salvador, teve papel decisivo na viabilização de indenizações mais justas, da construção das agrovilas, enfim do estabelecimento de um justiça mínima. Grandes mobilizações, locais e estaduais marcaram as lutas nessa época;
- A luta para inserir demandas e direitos sociais na nova Constituição Federal que se elaborava na época, assim como na Constituição Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais, tornou-se frente de trabalho. Abre-se com isso uma linha estratégica que vai marcar profundamente a instituição daí por diante: a interferência nas políticas públicas;
- Redefinição metodológica a partir da reflexão sobre qual o papel do MOC e das comunidades, da interrelação do saber da comunidade e do saber técnico na construção, por ambos, de um novo saber.

Explicita-se, além disso, a relação dialética entre fazer acontecer as ações e saber esperar o momento das comunidades, a sabedoria popular e a paciência pedagógica, características muito contundentes da ação do MOC.

DÉCADA DE 1990 – 1999 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS

Ana Paula Mendes Duarte⁸

*“Os amores na mente, as flores no chão,
A certeza na frente, a história na mão.
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Aprendendo e ensinando uma nova lição”.*
(Geraldo Vandré)

A década de 1990 marca a ampliação do processo de redemocratização do País. Em 1989 houve a primeira eleição direta depois da Ditadura Militar. O Brasil vivia um período de lutas pela democracia, com ascensão especialmente da juventude, através dos movimentos populares e estudantis.

Mobilização
reivindicatória
moradores bairro
Campo Limpo, Feira
de Santana-BA



Nesse contexto, as principais bandeiras de luta que encamparam as ações do MOC na década de 1990 giraram em torno do trabalho de base nas comunidades e também configura um momento de expansão do público envolvido nas ações da instituição.

Durante este período a média de programas (linhas de ações) no MOC se manteve variável, sendo de 05 (cinco) programas por ano: Programa Agrícola, Programa de

⁸ Licenciada em Letras - Técnica do Programa de Educação do MOC

Movimentos Sociais, Programa de Gênero, Programa de Educação Rural e Programa de Saúde. Nos primeiros anos da década, a atuação do MOC se concentrava nas regiões do Paraguaçu e Nordeste, parte do Semiárido baiano. A articulação em torno do fortalecimento das APAEB's também marcou os primeiros anos dessa década.

O destaque inicial é para os novos programas e novas linhas de ações que começam a ser desenvolvidas. Tais como o início do trabalho com educação de jovens e adultos, do qual surge o Programa de Educação Rural. O Programa de Projetos Econômicos ganha mais força e nele surgem os subprogramas (como o de Projetos Produtivos), que em seguida oportunizam a criação do Programa Agrícola, que foi crescendo ao longo dos anos, abarcando novos projetos e financiadores, quando as ações começam a se voltar para os membros de famílias camponesas.

É o período em que os Programas começam a ser mais definidos. O Programa de Movimentos Sociais, por exemplo, passa a desenvolver ações para fomento ao sindicalismo, associativismo, fortalecimento da sociedade civil, acompanhamento às Leis Orgânicas Municipais, incentivo e acompanhamento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, conforme trecho abaixo:

Outra marca é aquela de sair de projetos para políticas. Esta é a intuição fundamental de Movimentos Sociais, capacitando para interferir no orçamento municipal e os Conselhos; é o caso do Programa Agrícola, abrindo perspectiva de crédito, via bancária, para os pequenos agricultores que normalmente ao mesmo não possuíam acesso; é o programa de Capacitação de Professores Rurais e, de modo especial, nossa inserção no PETI.

(Relatório Anual do MOC, 1999).

Outro destaque importante é que a instrumentalização tanto da equipe técnica do MOC quanto do público de atuação começa a se fundamentar e se inserir nos debates no campo das políticas públicas, ou seja, a ocupação dos espaços públicos e de incidência política.

A equipe técnica do MOC participou de capacitação sobre políticas públicas, desde a elaboração até o processo de implementação. Consequentemente houve maior engajamento e organização das entidades já atuantes na região de ação do MOC, bem como o surgimento de outras novas e o despertar da sociedade civil para a questão das políticas públicas (que acaba extrapolando a área de atuação). A ação do MOC na Região Sisaleira (que ainda não era classificada como Território de Identidade) também se expande para outros municípios.


MOC e sociedade
civil debatem a
questão da
cidadania e das
políticas públicas



Continua também nessa década com a metodologia participativa baseada na Educação Popular de Paulo Freire e inspira a consolidação de uma metodologia própria do MOC, que perpassa por todos os seus programas e ações, garantindo assim fortalecimento da identidade institucional, se tornando destaque entre o público envolvido, parceiros e demais setores da sociedade. Com o passar dos anos, essa metodologia foi aprimorada e dialoga com a missão da organização e com os objetivos dos programas e projetos. Essa dimensão aparece nos relatórios anuais

O processo metodológico da educação popular foi tema de várias reflexões e estudos durante o ano, acentuando-se a perspectiva de que o educativo se dá a partir do concreto que se realiza em cada comunidade/grupo/projeto, no processo de caminhada dos próprios envolvidos; entretanto o técnico com as devidas complementações, sistematizações, etc., quando necessário. Torna-se cada dia mais evidente que, a partir desse processo, a capacitação se realiza de modo mais adaptado, coerente e de acordo com a realidade dos grupos, favorecendo um real crescimento dos envolvidos na busca de transformar.

(Relatório Anual do MOC, 1990, p.20).



Com isso, o MOC incentivou os movimentos e entidades para maior participação nas decisões políticas nos municípios, plenárias e audiências nas Câmaras Municipais e ocupação dos espaços nos Conselhos Municipais de Gestão, participando ativamente e fazendo o controle social. Houve uma ampliação com relação ao público do MOC, pois sua atuação foi expandida para programas governamentais, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e integrantes das comissões municipais. Neste período o MOC passa a integrar a comissão estadual do referido programa e incide em decisões importantes no combate ao trabalho infantil na Bahia.

O ensaio de participação popular na Constituinte marcou o MOC e seu trabalho: foram inúmeros abaixo assinados sobre propostas a serem inseridas na constituição federal e na constituinte estadual. Posteriormente, toda esta força desemboca nos Municípios, na elaboração das Leis Orgânicas Municipais que precisavam se adequar à nova constituição.

(O MOC na linha do tempo: 40 anos Por um Sertão Justo, 2007, p. 18).

Essa participação popular foi incentivada pelo MOC, que também estava inserido, enquanto entidade da sociedade civil, assessorando movimentos conforme relatos da época

O MOC participou desse movimento, na região, assessorando os movimentos populares, construindo todo um conhecimento sobre o poder público municipal, seu funcionamento, as possibilidades de interferência no mesmo, a necessária fiscalização, como se denominava então o controle social. Pode-se afirmar que boa parte da abertura política ainda hoje existente nas Leis Orgânicas Municipais, para a participação popular, foi conquista daquela época. Passo seguinte, o MOC passou a atuar na direção de instrumentar os movimentos sociais a interferir no poder público municipal através da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária (LO) nos Municípios e da participação nos Conselhos Municipais, querendo fazer valer o que se tinha conseguido consubstanciar nas leis orgânicas municipais. Sem abandonar seus programas anteriores de ação, a interferência junto ao poder público municipal se torna prioridade.

(O MOC na Linha do Tempo: 40 anos Por um Sertão Justo, 2007).



Comunidade assume papel reivindicatório junto ao poder público municipal

A partir do ano de 1992, os relatórios da entidade passam a ter uma nova organização e começam a ser elaborados com temáticas na perspectiva da Convivência com o Semiárido. E também é quando se inicia a construção de um novo desenho interno com a criação de Programas específicos e equipes específicas, como aconteceu no Programa Agrícola, em consonância com uma nova conjuntura nacional, foi intensificando o trabalho com Assistência Técnica Rural - ATER.

Para além da programação sistemática, o MOC também intensificou o trabalho na ampliação das atividades com ações no âmbito da Comunicação Social, com ajuda de voluntários de cooperação internacional. É quando se dá início aos intercâmbios.

É também em 1992 que o MOC comemora seus 25 anos de atuação e promove uma grande celebração no centro da cidade com a presença de seu público prioritário

As ações começam a se concentrar nos princípios para a construção de um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente sustentável. No período houve maior participação de agricultores/as com acesso aos programas de créditos oficiais regionais e também a

construção de Programas Municipais de Desenvolvimento pelos movimentos sociais.

Em outra dimensão, ampliou-se a parceria para a construção de políticas educacionais para o campo a partir do Programa de Capacitação de Professores Rurais, juntamente com a UEFS e maior diálogo com as prefeituras sobre os Programas de Assistência à Saúde da Mulher e de Saneamento Básico, juntamente com o Movimento de Mulheres. Nesse sentido, o trabalho sobre gênero com foco nas mulheres trabalhadoras rurais ganha maior força.

**Formação
professores
rurais - ampliação
de políticas
educacionais
no campo do
Semiárido**



Por outro lado, a conjuntura política e social do país e da região de atuação foi mudando e surgindo novas demandas e necessidades de transformações. Com isso no percurso da década, alguns programas foram extintos, a exemplo de Programas como Saúde Comunitária, Saneamento e Projetos de Casas Populares. Esses programas deixaram de existir, pois o Poder Público passou a assumir mais as ações e demandas nessas linhas, além do que ano a ano diversas lideranças e representantes da sociedade civil foram capacitados para ocupar os mais diversos espaços de elaboração, implementação e acompanhamento das políticas reivindicadas para assumir e contribuir nestes espaços, articular e monitorar os processos enquanto sociedade civil.

Conheci o MOC em 1994, porém já fazia parte do Movimento através da Igreja Católica do Município e nesse mesmo ano fui eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité. Participei de diversas atividades promovidas pelo MOC, uma delas foi a capacitação de radialista, ministrada pelo Jornalista Marco Aurélio e Patrícia

Portela do UNICEF. Me senti orgulhoso em fazer programas de rádio depois dessa atividade. O MOC me ensinou a respeitar as diferenças e como lidar com as pessoas. Foram as capacitações do PETI, recursos hídricos, novas lideranças que aprendi tudo que sei hoje e me tornei uma liderança no meu município. Costumo dizer que o MOC foi minha faculdade que me ensinou a teoria e a prática, levando em consideração sempre os direitos e deveres de cada cidadão.

(Edvaldo Andrade Evangelista, Sindicalista, Conceição do Coité).

Outros programas mudaram de nome e em alguns casos, mudou o foco das ações, a exemplo da área de Projetos Econômicos, que, no final da década passa a ser considerado um subprograma do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e, o Programa de Movimentos Sociais se torna Programa de Políticas Públicas, fortalecendo as ações de toda a instituição no campo da incidência política e formação de todo seu público em Políticas Públicas. E assim as pessoas passaram a participar de espaços comunitários para debater as necessidades das comunidades e buscar o que lhes era de direito, exercendo mais e melhor a sua cidadania.

E se a mudança de conjuntura nacional estimulou a mudança do MOC, outro destaque foi para o trabalho com jovens que deu passos importantes com maior número de jovens participando dos processos (encontros, formações e oficinas). Em nível interno o amadurecimento da equipe em sentido de coletividade para gerir e assumir o MOC, sem divisões foi um ponto forte e importante para qualificação das ações.

Com isso é pensado um novo desenho interno com a criação de Programas específicos. O MOC intensifica o trabalho com jovens neste período, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar, como podemos ver:

Através do Projeto Prosperar, desenvolvido pelo MOC em parceria com algumas entidades, pude desenvolver minha consciência crítica, pois, são muitos os desafios a serem superados pelos jovens do campo. Sei que no campo, assim como em outros locais, existem as dificuldades, mas há também as perspectivas de dias melhores. Hoje entendo a minha região e sei quais são as suas limitações. Porém o que importante para mim é saber que posso viver bem aqui e de forma digna sem precisar me descolar para os grandes centros urbanos. O casamento entre teoria e prática que o MOC trabalha, modificou a minha vida!

(Pedro Maurício, Jovem Multiplicador de ATER, Serrinha- BA.).



Famílias inseridas
no PETI e
em projetos de
geração de renda
contribuindo na
erradicação do
trabalho infantil
na região

Outro grande destaque dessa década foi a inserção do MOC na luta contra o trabalho infantil, com a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. O Programa de Educação Rural ampliou sua atuação para a formação de monitores e monitoras da Jornada Ampliada do PETI, na Região Sisaleira

Ao MOC, coube preparar e assessorar alguns professores do CAT e monitores da Jornada Ampliada para iniciar o trabalho de leitura junto com seus alunos. Foi também responsabilidade do MOC, sensibilizar as Secretarias dos municípios, para inserção e contribuição neste processo. Assim, foram indicados pelas secretarias, Grupo Gestor e Coordenação dos monitores, aqueles que tinham mais jeito e compromisso para desenvolver tal trabalho.

(Relatório Anual do MOC, em 1997).

O trabalho com o PETI também contribuiu para o desenvolvimento da Região e uma maior visibilidade do MOC. Promovendo a interface entre seus programas, o MOC atua no sentido de melhorar a produção, a renda, e, conseqüentemente, a qualidade de vida das famílias das crianças e adolescentes envolvidas, melhorando sua escolarização e luta por uma educação pensada de forma integral.

O Programa de Educação Rural a partir do ano de 1994 começou a se estruturar, a partir de uma experiência com Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA de Pernambuco. Em parceria com a UEFS o MOC desenvolve um trabalho sistemático na formação de professores e professoras do campo, através da metodologia CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo. Esta proposta fortaleceu a metodologia que o MOC já desenvolvia de educação popular, agora inserida na educação escolar do campo.

Inicialmente o CAT envolveu 03 municípios e 32 professores/as enquanto projeto piloto e encerrando a década de 1990 com 06 municípios e 127 professores/as fortalecendo uma proposta de Educação do Campo contextualizada para o Semiárido.

Através do projeto CAT eu consegui desenvolver a minha fala, a leitura, consegui desenvolver as comunidades do meu município que hoje têm uma outra cara. Nós fazemos reuniões com as comunidades e a população já fala e isso foi o CAT que proporcionou dentro do meu município. Tanto na minha vida pessoal, como na minha vida profissional. Antes eu era professora tradicional e hoje eu sou uma educadora. Agora o aluno tem que ler, escrever e interpretar.

(Conceição Carneiro, Educadora, Riachão do Jacuípe).

Além disso, a partir das ações propostas e desenvolvidas no PETI em parceria com a UNICEF, e incentivada por experiências populares de leitura contextualizada, o MOC desenvolveu em 1999 o Projeto Mala de Leitura, em que foi pensada e formulada uma metodologia diferenciada capaz de despertar professores/as e alunos/as para uma leitura lúdica, prazerosa e contextualizada, que mais tarde se transforma no Baú de Leitura.

Nessa caminhada de aprendizagens, vale destacar alguns avanços como, por exemplo, o empoderamento da sociedade civil para ocupar espaços em fóruns, conselhos, comissões e também a sensibilização dos grupos para a necessidade de capacitação dos empreendedores e das associações para captação de recursos públicos e gestão, mostrando a necessidade de uma maior articulação entre os grupos, uma vez que cabe a sociedade civil acompanhar, fiscalizar e propor estratégias junto ao poder público. E nisso fica mais clara a inserção do MOC no contexto do Movimento Social e sua capacidade de construir junto com o poder público caminhos para o desenvolvimento humano e social.

É também no final dessa década que se inicia o trabalho do MOC na construção dos chamados “tanques de cimento” que deram vida às cisternas de placas para beneficiamento das famílias agricultoras rurais. É quando se ampliam os diálogos sobre gerenciamento de recursos hídricos e sobre a importância da construção de fossas para diminuir a incidência



de doenças transmitidas pela água contaminada, buscando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos de campo.

Hoje, os tanques de cimento têm uma repercussão e aceitação muito boa em todo Nordeste em parte pelo trabalho do MOC e de outro lado, pelo trabalho de muitas e muitas ONGs - que, variados modos, a adotam na área. O MOC, no final de 1998 e início de 1999, em convênio firmado com a SUDENE⁹ através do CATRA¹⁰, capacitou 1200 agricultores cadastrados nas Frentes Produtivas, construindo mais de 132 tanques nas escolas públicas dos municípios e, projetando-se para 2000, como sequência do projeto anterior, outro convênio.

(Relatório Anual do MOC, em 1999).

Portanto, o que fica marcado na década de 1990 são essas aprendizagens já citadas, mas principalmente o momento de consolidação do MOC na zona rural/campo de maneira mais contundente e estratégica. Com isso, a equipe institucional iniciou seu processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, de modo processual atendendo às mudanças conjunturais das ONGs brasileiras e assim se inicia um novo milênio.

⁹ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, órgão governamental especial criado em 2007.

¹⁰ Coordenação de Assistência Técnica para Reforma Administrativa, criada em 1971.

DÉCADA DE 2000 – 2009

PRINCIPAIS BANDEIRAS DE LUTAS, METODOLOGIA E APRENDIZAGENS

Vera Maria Oliveira Carneiro¹¹

*“Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”*

(Geraldo Vandré)

O início do novo século e milênio é marcado pelo avanço tecnológico mundial e por uma economia globalizada, e, no Brasil, a intensificação do seu processo de democratização. Nesse contexto, o MOC continuou com suas ações voltadas para o campo do Semiárido baiano, sempre com a metodologia de não fazer as ações pelas pessoas e grupos, mas fortalecer a sociedade civil organizada, para seu protagonismo.

Nesse período o MOC ampliou suas ações com a criação e/ou ampliação de novas linhas estratégias de atuação e programas, bem como através da descoberta e revitalização de tecnologias de convivência com o Semiárido.

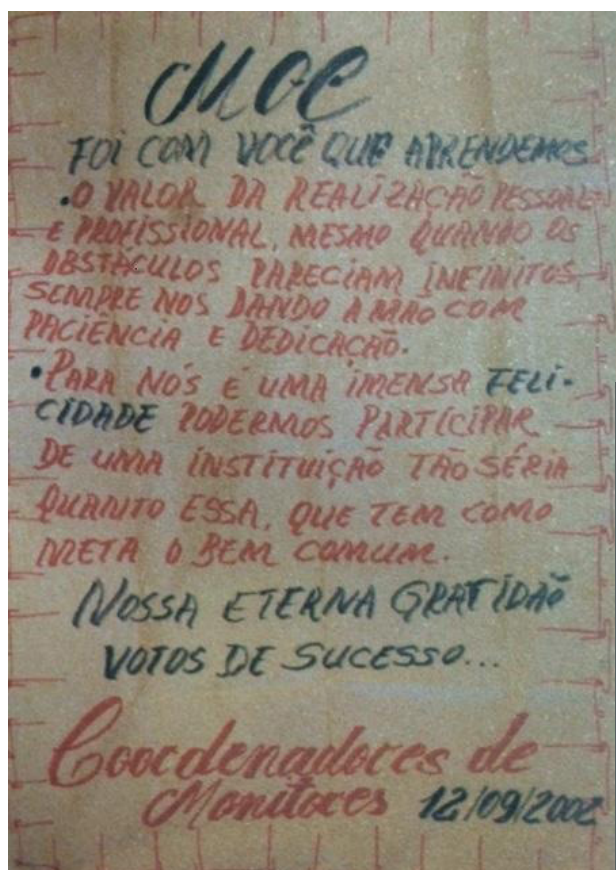
Nesta perspectiva, fomentou o surgimento de sistemas de produção da agricultura familiar para a convivência com o Semiárido, do crédito rural, do acesso à água, educação do campo contextualizada, comunicação, aos direitos na dimensão de gênero e fortaleceu mais a linha de defesa de direitos de crianças e adolescentes, especialmente, a partir da sua ação com o PETI, que produziu conhecimentos e muitas experiências exitosas na região de atuação e o levou a partilhar em vários lugares do Brasil.

Uma marca da ação do MOC nesse período foi a continuidade da luta contra o trabalho infantil, com apoio de diversas parcerias, especialmente o Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, a instituição implementou o Projeto Agente de Família¹² e desenvolveu o processo de formação continuada de diversos agentes sociais: Monitores/as (Educadores/es) e Coordenadores/as do PETI, Sociedade Civil, Grupos Gestores, Agentes de Família, etc.

A metodologia de educação popular do trabalho do MOC continuava incentivando o desenvolvimento das pessoas e dos grupos organizados, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, a busca por garantida e efetivação de direitos, e especialmente, o desenvolvimento sustentável.

¹¹ Historiadora - Coordenadora do Programa Educação do MOC

¹² Projeto desenvolvido pelo MOC em parceria com a Unicef para acompanhar as famílias do PETI, orientando-as sobre os riscos e ameaças do trabalho infantil para a saúde e a aprendizagem das crianças e dialogando com o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento de direitos até então desconhecido por muitas das famílias.



Cartaz feito por
Coordenadores
do PETI
Ano: 2002 nos 35
anos do MOC

No campo de políticas públicas, além de fortalecer e incentivar a Sociedade Civil para utilização cidadã dos meios de comunicação social, o MOC buscou sua interferência em políticas públicas municipal, estadual e nacional, bem como mobilização junto às organizações da Sociedade Civil para o exercício da autonomia e cogestão de políticas públicas, onde a experiência do PETI serviu de laboratório para estas aprendizagens.

No início da década, o MOC ainda desenvolvia ações com pequenos grupos urbanos nas Associações de Pequenos Empreendedores Urbanos - APEU's. Por outro lado, buscava mobilizar a Sociedade Civil Organizada, especialmente do campo, para intervir nas políticas públicas a partir do Fórum da Sociedade Civil dentro do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que se constituiu como um laboratório de luta, organização e aprendizagens, a saber;

O Fórum conseguiu ampliar o conhecimento do papel da sociedade civil no PETI, permitindo uma atuação mais sistemática dos membros da sociedade civil em pelo menos 10 dos municípios envolvidos no Fórum. A partir dessa compreensão o Fórum iniciou a construção do seu projeto político e montou o planejamento estratégico, e em 2002, encaminhou documentos para o Fórum Nacional, contendo proposições sobre o aperfeiçoamento do Programa.

(Relatório Anual do MOC, 2002, pg. 79).

A partir de 2000, o MOC se fortalece com sua participação na recém criada rede de Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, que agrega centenas de organizações na luta por políticas de convivência com o Semiárido. Outro destaque nesse período foi o PETI que contribuiu para o surgimento de algumas organizações e fortalecimento de outras, a exemplo dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis - CODES, Cooperativas da Agricultura Familiar, que através de projetos produtivos, contribuíram para organização da produção e da sua inserção na alimentação escolar e outras.

Nessa década também se intensifica os debates sobre Territórios enquanto instâncias de governança e planejamento do desenvolvimento regional através dos CODES. O MOC participa nos processos de planejamento territorial através das diversas ações dos programas. Entendendo que desenvolvimento não pode ter somente a dimensão do econômico, mas também do social, incluindo saúde, educação, comunicação, cultura, lazer, equidade de gênero, enfim, direitos humanos garantidos.

MOC cria seu
Programa de
Comunicação



Na linha da Comunicação Comunitária, o MOC cria seu “Programa de Comunicação”, buscando fortalecer a comunicação institucional, a educomunicação e a comunicação comunitária. Prestou apoio às entidades comunitárias e sindicais na manutenção de programas radiofônicos, rádios comunitárias destacando-se nas ações a defesa dos direitos das crianças e adolescentes; fortalecimento das Comissões em âmbito Regional e Sub-Regionais, bem como capacitação dos dirigentes das entidades, de seus técnicos, assessores e lideranças comunitárias.

O MOC conseguia mobilizar setores de comunicação local para pautar as ações desenvolvidas na região e entendia a comunicação como elemento para visibilidade das suas ações, mas também do potencial dos sujeitos nelas envolvidos. Em 2003, ganha o Prêmio “Bem Eficiente”, com a colocação entre as 50 melhores entidades do país. Esta ação teve uma visibilidade na mídia local, graças ao trabalho do Programa de Comunicação institucional.



Equipe do MOC em 2003 no recebimento do prêmio em Salvador.

Na dimensão de Gênero, o MOC levantou junto às mulheres, a bandeira de lutas contra a violência e pelo fortalecimento da organização das mulheres de forma mais ampla e regionalmente articulada, bem como seu empoderamento político, econômico, cultural e social. Foi neste período que o MOC incentivou e apoiou a constituição do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia – MMTR Regional e da Rede de Produtoras da Bahia – RPB, ambas para representar os interesses das mulheres tanto local como globalmente.

A dimensão transversal de Gênero perpassava por alguns programas do MOC, porém uma atenção maior foi com a participação das mulheres nos espaços públicos e políticos a partir do fortalecimento dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR's).

Mulheres participam dos espaços públicos e políticos.



Por outro lado, houve o estímulo à incorporação e monitoria de novas práticas e processos de gênero, raça, etnia e geração nos demais programas e projetos desenvolvidos pelo MOC e seus parceiros.

O MOC entende que a construção de um mundo justo, com equidade de direitos para homens e mulheres perpassa, necessariamente, pela redefinição das políticas públicas, no sentido de reverter o quadro das assimetrias de gênero. Assim, as ações do Programa de Gênero tiveram como perspectiva o fortalecimento da intervenção das mulheres no campo das políticas públicas.

(Relatório Anual do MOC, 2004, p. 23)

Uma aprendizagem do MOC é que para se construir um mundo sustentável e solidário, a igualdade e equidade de gênero são necessárias e fundamentais. E para isso, trabalhava-se na dimensão da formação de mulheres, por entender que é necessário equiparar as oportunidades de formação e informação, de incentivo à organização das mesmas, à participação política, bem como contribuir de forma transversal nos diversos programas e instituições da Sociedade Civil.

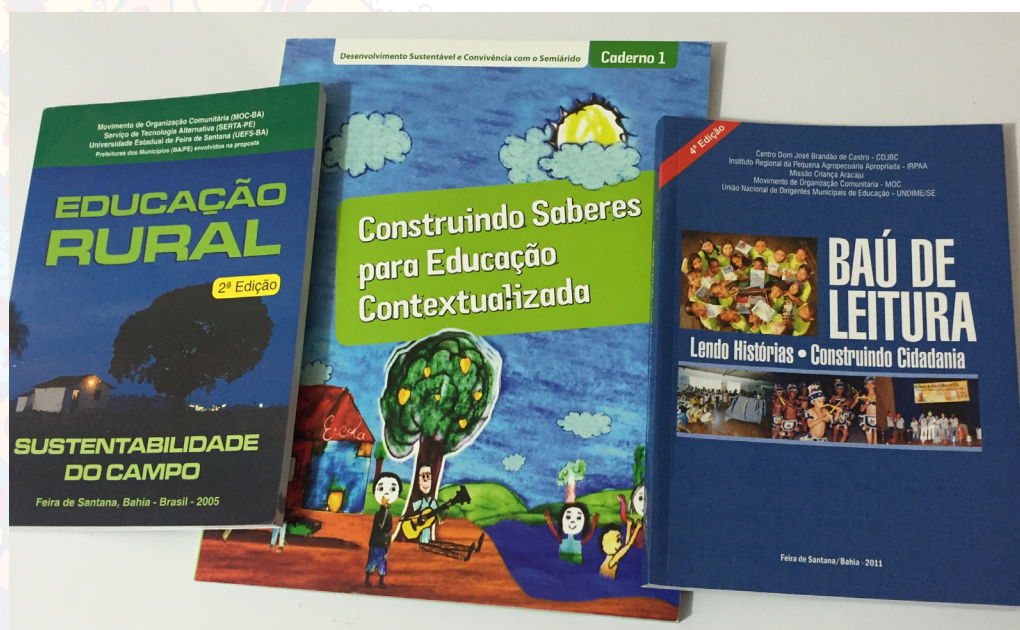
Durante a década de 2000 a 2009, o MOC intensificou a luta por Educação do Campo de qualidade, através do Projeto CAT - Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do

campo, bem como a luta contra o trabalho infantil, com ações que envolviam as famílias, a mobilização da sociedade civil, e um processo de formação continuada com educadoras e educadores sociais (monitores/as) do PETI. Um trabalho de planejamento, monitoramento e avaliação processual com as Coordenações Municipais da Jornada Ampliada, que transformou o PETI na Bahia em referência nacional, construindo uma semente para educação integral e garantia de direitos a uma educação de qualidade.


Um destaque especial foi a expansão do Projeto Baú de Leitura no período. A consolidação de uma metodologia de leitura lúdica, crítica e contextualizada com o Semiárido, incentivando o gosto duradouro pela leitura, tanto em educadoras/es, quanto em crianças e adolescentes que participavam do PETI e frequentavam as escolas do campo em comunidades rurais do Semiárido.

A metodologia desenvolvida de leitura baseava-se nos princípios da Educação do campo, a partir da experiência com o Projeto CAT. O Baú de Leitura ultrapassou as fronteiras do Estado da Bahia, tendo multiplicado sua experiência em Sergipe e Rio Grande do Norte. Em 2006 o MOC ganha também o Prêmio “Melhores Práticas em Gestão Local” da Caixa Econômica Federal – com o Projeto Baú de Leitura e outros prêmios como Viva Leitura e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM’s.

Nessa década o Programa de Educação do Campo do MOC lança três livros sobre a experiência e sua metodologia. As publicações foram e estão sendo utilizadas nas escolas do campo, comunidades, organizações da sociedade civil, secretarias de educação e universidades.



Publicações
do MOC



A partir de 2007 o PETI começa a ser pensado com outro desenho. Havia um coletivo de Educadores/as sociais, formados durante mais de uma década pelo MOC, que lutavam contra o trabalho infantil e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

A formação de educadoras/es e agentes do PETI, construiu várias lideranças municipais que, após o redesenho do programa se inseriram em diversas áreas de atuação. O depoimento a seguir reflete um pouco essa dimensão:

Particpei durante seis anos de um processo de formação promovido pelo MOC onde adquiri conhecimentos e vivências de cidadania que venho aplicando cotidianamente. Dentre os vários temas que eram debatidos posso destacar participação política, desenvolvimento sustentável, educação integral, gênero e sexualidade entre outros. Estas formações conseguiram me transformar de um ser sem muita visão crítica de mundo, machista e preconceituoso, em uma pessoa capaz de refletir sobre o importante exercício de respeitar as diferenças e de ser atuante na sociedade para transformar. As lições de cidadania, sabiamente postas de maneira que nos provocavam a se sentir protagonistas de projetos transformadores ao invés de meros coadjuvantes, a exemplo dos diagnósticos que sempre serviam de base para resolver problemas do dia a dia de uma comunidade. Em linhas gerais, posso afirmar que o MOC me transformou em um cidadão mais atuante, capaz de respeitar as diferenças, defender um ideal e projetar o futuro com mais qualidade. Costumo dizer que o MOC é até hoje a minha única faculdade, já que não tive oportunidade de fazer um curso superior. Obrigado a todos, minha eterna gratidão a toda equipe.

(Gilvânio Figueiredo – ex-Educador do PETI)

Depoimento do educador demonstra que a formação oferecida pelo MOC dialogava com dimensão social, política e empoderamento pessoal e coletivo.

A formação continuada promovida pelo MOC, também contribuía para auto-organização das pessoas e grupos com a criação de uma Associação de Educadores/as do PETI.



Foto: Arquivo MOC, 2007. Organização de Educadores/as do PETI

Durante muitos anos o MOC trabalhou na dimensão da formação de Professoras e Professores das escolas rurais. A partir de 2004, passa-se a denominar “Educação do Campo”, em apoio ao fortalecimento da agricultura familiar e dos sujeitos desse direito, diferenciando-se a “educação rural” como proposta do agronegócio. Essa dimensão acontece a partir da articulação nacional para a II Conferência da Educação do Campo, realizada em 2004 em Luziânia - GO. Com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de mobilizar para a Educação do Campo ser transformada numa política pública, garantida enquanto direito da população do campo.

Porém, continua o grande desafio, enquanto construção de proposta de uma política municipal de educação do campo. Ou seja, o desafio dos municípios assumirem a proposta, incluindo educação do campo nas suas políticas municipais de educação, construindo planos municipais com a inserção de educação do campo contextualizada, garantindo nos orçamentos municipais.

(Relatório Anual MOC, 2007, p. 53).

Essa dimensão da busca por contribuir na construção de políticas públicas, e não apenas de projeto, perpassa por todo o trabalho do MOC em todos os Programas. O MOC desenvolve ações de formação com Conselheiros de Educação e também participa de diversos Fóruns, Conselhos e Conferências, de forma articulada com outras organizações, para poder

provocar maior incidência política. A partir dessa articulação e atuação em redes, ganha maior visibilidade as lutas e foram sendo conquistadas políticas na dimensão de Educação do Campo, alimentação saudável, ATER, Gênero e outros.

**Integração:
Famílias agricultoras
e Escola do Campo
construindo hortas
comunitárias.**

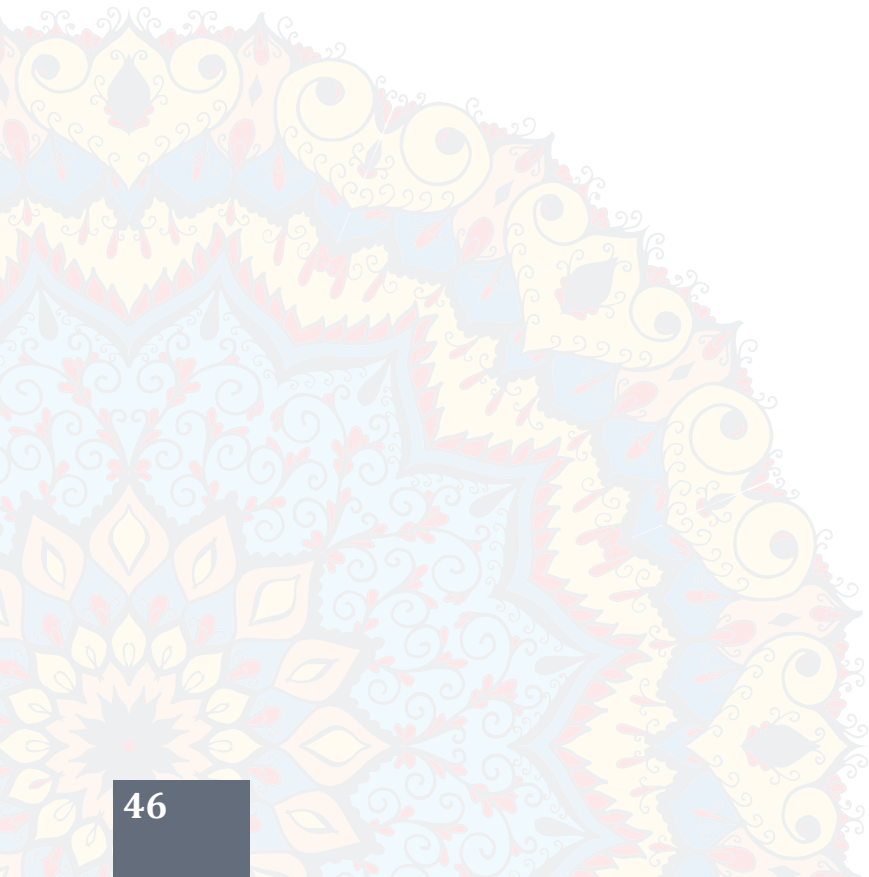


Também em 2007, o MOC celebrou seus 40 anos envolvendo sua equipe, os sujeitos das suas ações e pessoas da comunidade de Feira de Santana. Este momento contou com a participação do teólogo Leonardo Boff que fez uma reflexão sobre o cuidado com a Terra e com o meio ambiente, referindo-se que o trabalho do MOC contribui para o desenvolvimento sustentável.

Outra dimensão do trabalho do MOC na década foi a intensificação de publicações de livros, cartilhas e folders para multiplicação da metodologia e de práticas exitosas. Além das publicações já citadas, destaca-se a sistematização da experiência das mulheres que com bravura reescrevem suas histórias.



**Equipe do MOC com
Leonardo Boff por
ocasião dos 40 anos
da entidade - 2007.**



INÍCIO DE UMA NOVA DÉCADA: 2010 – 2014 NOVOS DESAFIOS, NOVOS JEITOS DE CAMINHAR

Célia Santos Firmo¹³

Maria Vandalva Lima de Oliveira¹⁴

*“Não tenho caminho novo, o que tenho de novo é o jeito de caminhar.
Com a dor alheia aprendi que o mundo não é só meu.
Mas, sobretudo aprendi, que mais do que simplesmente viver,
O que na verdade importa [...] É trabalhar a mudança do que é preciso mudar
Cada um na sua vez, cada qual no seu lugar”.*
(Thiago de Mello)

Sem buscar caminhos novos, mas revendo sua caminhada e construindo novos jeitos de caminhar, o MOC continua sua trajetória, alimentando a esperança e plantando a certeza de que um mundo mais justo é possível.

A partir de 2010, início de uma nova década, o MOC intensifica as ações tendo em vista a convivência com o Semiárido e por Políticas Públicas apropriadas e adequadas à realidade da região. Também amplia, em outra dimensão, o trabalho com crianças e adolescentes, tanto no trabalho diretamente, quanto nos sistema de garantia de direitos, a exemplo de conselhos, e escolas, ampliando o entendimento de redes de proteção.

Com uma nova dimensão de luta por políticas de convivência com o Semiárido é intensificada, o MOC potencializa sua ação na sua relação com a ASA e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, bem como em outros espaços de incidência política como o Conselho Estadual de Criança e Adolescente – CECA, Conselho de Defesa do Direito da Mulher, Conselho Estadual de Economia Solidária.

Na narração das ações desenvolvidas em 2010, o MOC reflete sobre sua contribuição para a convivência com o Semiárido. Neste período amplia-se a difusão dos processos junto às famílias agricultoras sobre a agroecologia, e, concomitantemente advém um amadurecimento da compreensão por parte da equipe institucional que passa a ver suas dimensões presentes nas diferentes práticas desenvolvidas por todas as áreas programáticas e sua forte relação com o exercício do cuidado.

Ao refletir a contribuição de suas ações para a convivência com o Semiárido, o MOC ratifica a existência de uma povo forte, lutador e de muita resistência, que se contrapondo ao que dizem sobre esse lugar, demonstra com bravura o seu potencial.

¹³ Administradora - Secretária Executiva do MOC

¹⁴ Pedagoga - Coordenadora Pedagógica do MOC

Quem vive no Semiárido, e quem estuda o seu povo, encontra ao invés de um povo incapaz, pessoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias. Prova disso é que, por mais políticas malfazejas que se projete para o Semiárido e apesar de tudo o que se faz contra ele, o povo continua vivo, de pé, lutando pela vida e por seus direitos.

(Relatório Anula do MOC, 2010)

Ainda em 2010, dentre importantes acontecimentos, o MOC junto com a Rede de Produtoras da Bahia e o MMTR Regional, organizaram caravana com as mulheres para a primeira participação da região na Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres que aconteceu em São Paulo. A agenda da marcha girou em torno da luta pelo fim da violência contra as mulheres, por sua autonomia econômica e acesso aos bens e serviços públicos enquanto sujeitos de direitos e direitos iguais.



A Marcha das Mulheres na luta por igualdade.

Nesse contexto de luta, em 2011 são realizadas as primeiras Conferências de Políticas para as Mulheres nos municípios que culminaram na 3ª interterritorial. O MOC integra as comissões organizadoras nos territórios onde atuam e apóia as organizações das mulheres e suas iniciativas de realizar as conferências mesmo onde o poder público local não fez convocação.

Neste processo de democracia participativa, as mulheres se articularam e se mobilizaram para discutir e elaborar políticas voltadas para a construção da igualdade de gênero, e, na perspectiva de fortalecer a autonomia sóciopolítica e econômica das mulheres, e assim contribuir para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício da cidadania plena das mulheres.

As mulheres conquistando espaços políticos.



Neste período o MOC reflete com as pessoas a contribuição de suas ações no combate à extrema pobreza e a ampliação da cidadania, reafirmando a gênese da sua existência e sua insistente luta de organização dos diferentes sujeitos coletivos e a concretização do acesso aos direitos elementares.

O MOC sempre acreditou que a história pode ser mudada, que a justiça pode florescer, que o mundo pode ser de todos e de todas, que todas as pessoas constroem conhecimentos e são sujeitos de suas histórias. Por isso, ao longo dos seus 45 anos de vida sempre investiu nas pequenas coisas, nas ações miúdas, no conhecimento das comunidades para a solução dos seus problemas e rechaçou as grandes obras, nas quais os pequenos sempre se tornam marginalizados.

(Relatório Anual do MOC, 2011)

Aos poucos, a partir de 2012 são intensificadas as tecnológicas de captação e armazenamento de água para consumo humano e para produção de alimentos no Semiárido. O MOC amplia seu apoio aos grupos e Empreendimentos Econômicos Solidários tendo em vista sua organização, produção, beneficiamento e comercialização de produtos de Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, bem como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Algumas publicações foram disseminando as experiências exitosas do avanço das mulheres e de suas famílias no acesso ao Mercado Institucional a partir do Programa de

Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Consequentemente, esse processo contribuiu muito para a mudança de vida de muitas famílias que despontavam com um grande potencial produtivo, mas se deparava com a dificuldade para comercializar o excedente da sua produção.



**Produção
comunitária de
alimentos**

Dessa forma, durante este período, o MOC participa ativamente da construção de conferências setoriais e se tornou uma referência em no trabalho com Segurança Alimentar e Nutricional, no acesso à água, Assistência Técnica e Educação do Campo Contextualizada, Gênero, Comunicação Comunitária e Criança e Adolescente. O fato de ser referência nas áreas temáticas de sua atuação foi exigindo do MOC posicionamentos a eles referentes.

No relatório anual de 2012, o MOC faz uma reflexão sobre a contribuição de suas ações para a promoção da igualdade de gênero no Semiárido. O que não significou teorizar as desiguais relações de poder existentes entre mulheres e homens, mas questionar os lugares e os papéis sociais a estes sujeitos conferidos. Além de verificar em que medida o debate sobre estas relações e as diferentes oportunidades aferidas a mulheres e homens tem implicado numa nova consciência sobre a igualdade e equidade de gênero, e resultado em novas práticas.

O desafio neste momento para o MOC é a inclusão da transversalidade de gênero em todas as áreas programáticas da instituição, superando a ideia de que a competência para contribuir na promoção de relações mais justas e igualitárias entre mulheres e homens é do Programa de Gênero. As estratégias para o enfrentamento deste desafio se subsidiam no entendimento de que as relações não estão dadas, mas são sócio culturalmente construídas,

e ainda que esta construção é tarefa de muita gente. Nesta perspectiva, mulheres e homens estabelecerão relações embasadas na igualdade, na justiça e solidariedade.

Mais um passo à frente e chega 2013. Neste período, o MOC olha um pouco mais para si mesmo e se auto questiona sobre seus feitos e os seus por fazer. Tudo isso em meio a um conjunto de desafios muito diferentes dos anteriormente enfrentados. A conjuntura política estava longe de ser a que testemunhou seu nascimento, porém, mesmo assim demandava que a instituição atuasse na perspectiva da abordagem dos direitos humanos e envidassem esforços para que os instrumentos legais sejam traduzidos em políticas públicas voltadas para garantir direitos e ampliar as oportunidades do acesso a estes.

É esse lugar de possibilidades, de terreno fértil e bons frutos que impulsiona o MOC através do programa de gênero juntamente com as organizações de mulheres continuar persistindo na luta por acesso aos direitos que ainda lhes são violados; por uma vida livre de todas as formas de violência, por oportunidades de geração de trabalho e renda, por participação política e social, enfim, por direito de ter acesso aos direitos.

(Relatório Anual do MOC, 2012)

A conjuntura política do momento ‘parecia’ favorável às demandas da sociedade, sobretudo das populações mais vulneráveis socialmente. Sujeitos historicamente excluídos dos processos de cidadania, iniciam a colheita de frutos das sementes que foram semeadas em anos de luta e labuta. O MOC reaprende e exercita a lição da articulação em rede para retroalimentar suas forças e incidência políticas em instâncias de negociações até então abstruso.

Uma das lições aprendidas e práticas exercitadas reside na cultura do estoque. Os processos de convivência com o Semiárido continuam sendo revitalizados e o MOC incentiva e exercita a prática da estocagem de água, de alimentos, de sementes, de saberes. Sendo este último estoque materializado numa publicação onde a instituição se posiciona e registra contribuições para a construção de um currículo contextualizado, por entender que a escola não é o único, mas é por excelência, um lugar de produção e reprodução de saberes e fazeres.

Entre estes saberes e fazeres ressalta-se a visão que se pretende difundida nas escolas do campo sobre a agricultura familiar; sobre as cisternas; as hortas; as rádios comunitárias; as manifestações culturais; as relações entre as meninas e os meninos, sobre a diversidade de raça, etnia, religião e orientação sexual. Como afirma Frei Betto *“a cabeça pensa onde os pés pisam”*. A concepção destes processos e debates para o Semiárido demanda contextualização com este lugar.



**Publicação
sobre Currículo
Contextualizado para
Convivência com o
Semiárido - 2013**

Em 2014, o MOC dá continuidade a um processo iniciado em 2013, envolvendo o conjunto de sua equipe que se dedicou a avaliar em que medida os objetivos traçados haviam sido alcançados e a definir os passos seguintes para a construção de um novo ciclo de Plano Estratégico. Esse processo inicia com uma análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças da instituição.

A construção deste atual Planejamento Estratégico do MOC se deu em diversas etapas ao longo de 2014 e ainda se dão 2015. Foram realizadas inicialmente duas reuniões preparatórias com a coordenação e o assessor externo, para alinhamento de expectativas e apresentação de uma primeira proposta de caminho metodológico e em seguida passos importantes foram dados:

- Apresentação da Trajetória e a Identidade do MOC, com o objetivo de partilhar e alinhar informações fundamentais sobre a história da instituição, considerando que havia um número razoável de profissionais relativamente novos na equipe. Esta visão sobre a trajetória foi construída através de uma “Linha do Tempo”, priorizando as mudanças de estratégia e criação de programas, e da apresentação do atual desenho do MOC, sua Missão, seus objetivos, suas estratégias e seus programas.
- Análise de Fortalezas e Desafios na atuação do MOC, com o objetivo de possibilitar uma visão panorâmica dos pontos fortes na atuação da instituição e dos seus gargalos, tanto na visão da equipe quanto na visão de parceiros. A atividade foi desenvolvida através de trabalhos em grupos: um grupo com os parceiros locais e quatro grupos com a equipe do MOC.
- Contexto da atuação das Organizações da Sociedade Civil do campo popular, com o objetivo de partilhar informações sobre os desafios do contexto para a atuação das Organizações da sociedade civil, visando qualificar a abordagem estratégica a ser

considerada no planejamento da instituição.

- Desenvolvimento de Cenários Possíveis para a atuação do MOC, com o propósito de proporcionar um exercício de visualizar quais são os elementos-chave que poderiam influenciar a atuação do MOC nos próximos dez anos. Ao desenvolver esses cenários, a instituição qualificou a escolha das ações prioritárias no curto e no longo prazo, investindo maior energia em ações realmente estratégicas para sua sustentabilidade e o cumprimento de sua missão.
- Análise e definição de adequações e mudanças necessárias para o desenvolvimento do MOC, considerando os cenários possíveis, com o objetivo de detectar a necessidade ou não de readequações na Visão de Futuro, Missão, Objetivos estratégicos e Programas, Identidade, relações e parcerias, ações de comunicação e mobilização de recursos, estrutura, perfil de recursos humanos.

Dado estes passos, o MOC segue o seu curso, desafiado a implementar as diretrizes definidas e avanças no sentido de adequar o seu estatuto à nova realidade e demanda do Marco Regulatório para as ONG's; elaborar políticas institucionais que demarquem a posição da instituição sobre a comunicação institucional, a gestão de pessoas, a igualdade de gênero e a proteção à infância; redefinição das áreas (temáticas e geográficas) de atuação e de estratégias para atuar em Feira de Santana.

Neste processo, o MOC decidiu pela reestruturação dos programas institucionais e redefinição dos eixos estratégicos, e também pela criação do Programa de Desenvolvimento Institucional, conforme estrutura apresentada no mapa estratégico do anexo.

As ações desenvolvidas neste período reafirmam o histórico e a identidade do Movimento de Organização Comunitária enquanto organização capaz de projetar seu futuro com ousadia, sem abrir mão de seu profundo enraizamento na história das lutas e conquistas populares da região sisaleira e do Semiárido da Bahia.

**MOC continua
sua luta por um
sertão justo**





Em meio a esta construção, o MOC vive e proporciona as alegrias das trocas de saberes e fazeres através dos intercâmbios. Este processo envolve as crianças e adolescentes, agricultores e agricultoras familiares, professores e professoras, jovens comunicadoras e comunicadores, mulheres e homens de raça e coragem, que aprenderam a lição de que juntos são mais e podem mais.



**Intercâmbios
com crianças e
adolescentes que
participam das
ações do MOC**

Um resumo de passos importantes que o MOC veio dando ao longo da sua história está presente no depoimento de Naidison Quintella Baptista que assumiu durante duas décadas a Secretaria Executiva da instituição. Durante este período ele contribuiu e continua contribuindo com sua experiência política e metodológica, para a caminhada do MOC e de outros parceiros que acreditam e insistem na ação pela transformação social a partir do protagonismo dos sujeitos que colocam sua crença e seus esforços a serviços de um mundo mais justo.

DEPOIMENTO DE NAIDSON QUINTELLA BAPTISTA



“Entrei no MOC circunstancialmente. Pouco a pouco me transformei num militante. De modo geral, me incorporei em processos sindicais, cooperativos, de economia solidária, de educação do campo, dos direitos das mulheres.

Gostaria de destacar alguns aspectos:

- **Educação contextualizada.** *Eu e minha esposa Francisca Baptista (Chica), ao lado de outras pessoas, fomos os iniciadores do processo de educação contextualizada para o Semiárido que hoje existe em nossa região. Processo de riqueza incomensurável. Briguei por isso, provoquei os sindicatos para que a educação entrasse em suas pautas, debati e incidi a nível estadual e nacional. Ainda o faço. Não conseguimos tudo que queríamos. Mas do muito construído e presente na vida das pessoas, dos pais, dos alunos, dos professores, me sinto co-responsável. Nisso tem um pouco de mim.*
- **Baú de Leitura** – *Fui também, junto com Jussara, Eliene Novaes, Vera Carneiro, Iara Farias, Rui Pavan(Unicef), Frederico Fernandes da SETRAS idealizador e pioneiro do processo do Baú de Leitura. Emociona-me ainda ver as crianças saírem do nível quase zero de leitura, para escrever, declamar, escrever poesias, declamar, participar de peças teatrais etc e desenvolver a prática da leitura crítica e lúdica. Emociona-me o Baú se transformando em política de leitura. E aqui, a meu ver, um dos fortes desafios do MOC: fazer o Baú sair de projeto, bonito interessante, para ser política municipal de leitura.*
- **O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil** - *joguei a ideia da erradicação do trabalho infantil no MOC, que na época não lhe era muito simpático. Tive adversários duros e ferrenhos. Fomos conquistando uns e depois outros e gradativamente contaminamos todo o corpo técnico do MOC, os sindicatos, associações, grupos de mulheres, cooperativas.*

Unissonamente, todos passamos a defender e lutar pelos direitos das crianças, por uma escola de qualidade, por geração de renda para as famílias do PETI, pelo Baú de Leitura, pela assistência técnica aos agricultores, tudo formando uma única ação básica de erradicação do trabalho infantil. Época bonita da vida do MOC, que antecedeu os territórios de identidade, serviu de base a muitas políticas hoje implementadas. Fui extremamente apaixonado por esta luta, premiada nacional e internacionalmente. Ela teve um lugar especial no meu dia a dia, no meu corre corre, no meu viver.

- **A ASA e o SEMIÁRIDO** - o MOC sempre teve a política de liberar parte do tempo de algumas pessoas, para a realização de lutas mais amplamente articuladas e a incidência em políticas públicas. Fui um destes privilegiados. Assim, sou fundador da ASA e membro de sua coordenação, como eleito pela ASA Bahia, desde seu início em 1999. Sou testemunha e protagonista de nossas primeiras investidas, ainda no Governo Fernando Henrique, pelo Programa Um Milhão de Cisternas.

Peregrinei, liberado pelo MOC e na ASA, pela Comissão de Transição do Governo FHC para Lula. Participei das primeiras negociações e contratos entre a ASA e o então MESA(Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar) e posteriormente com a FEBRABAN(Federação Brasileira de Bancos), como MDS(Ministério do Desenvolvimento Social), com outros Ministérios, com parceiros variados a nível nacional e no exterior, processo esse que vem garantindo basicamente as ações da ASA. Hoje, quando falamos em mais de um milhão de cisternas de consumo e cerca de 200 mil implementações de segunda água, esses resultados são fruto daqueles sonhos. E eu os sonhei. Hoje já andamos pelos Bancos de Sementes e pelas Cisternas nas Escolas.

Mas andamos principalmente pelo incentivo à autonomia e protagonismo dos agricultores, a agroecologia, o construir um semiárido bom, vivo e viável.

Ter-me inserido nestes caminhos, ter dado por vezes noites e noites de sono, o sacrifício de minha família, tornou-me mais gente, mais cidadão, uma pessoa melhor. Tornou-me feliz.

Agradeço muito ao MOC por ter me concedido esta oportunidade”.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Durante toda a história do MOC houve algumas permanências e rupturas/modificações nos processos de desenvolvimento das suas ações. São quase 50 anos de história no Semiárido baiano, tendo algumas ações se tornado referências em âmbito regional, estadual e nacional.

Como permanências, pode-se perceber com bastante evidência, um ponto muito forte do MOC, o seu processo metodológico de educação popular, de valorização das pessoas e da sabedoria popular, de luta por sua auto-organização e construção da cidadania, visando o desenvolvimento sustentável, e, especialmente, a capacidade do MOC de “reinventar”, de criar e recriar novas possibilidades diante de situações adversas e emergentes.

Como rupturas, o MOC no decorrer de sua história, de acordo às novas exigências de momentos políticos, foi modificando linhas de ações, áreas de atuação e construindo outras possibilidades.

As maiores aprendizagens construídas com a experiência do MOC, são:

- Não existe um saber único, que todas as pessoas são capazes de aprender e de ensinar a partir do lugar onde estão, de suas experiências, saberes e fazeres, e para isso o saber técnico precisa partir do saber popular, se transformar e ampliar em saber científico para ajudar a melhorar a vida das pessoas através de processos coletivos;
- A construção da cidadania é tarefa de muita gente que precisa dar as mãos, compreender que as mudanças provocadas na sociedade sempre exigem um pensar coletivo, uma coragem para inovar e buscar respostas e alternativas novas diante de uma situação adversa e emergente;
- Ao longo dos anos o MOC fortaleceu a idéia de que não “se combate” a seca, se busca construir tecnologias de convivência com o Semiárido na dimensão agroecológica;
- Que uma organização não deve fazer as coisas pelas pessoas, mas incentivá-las, contribuir para sua auto-organização e ação coletiva e que o mundo sustentável que se quer construir não deve haver exclusão social, precisa inserir as mulheres, negros, indígenas, crianças, populações do campo e da cidade;
- O MOC foi aprendendo que sozinho ele não é capaz de fazer grandes mudanças, por isso defende e exercita a articulação em redes de idéias, de esforços de ações coletivas entre as pessoas e as organizações;
- O MOC jamais faria o que pode fazer e/ou fará o que está por ser feito, se não contasse com a colaboração de pessoas e organizações parceiras espalhadas pelo Sertão, Brasil e mundo afora, unidas pela crença, pela confiança, pela comunhão num ideário de que um mundo melhor é possível.



O MOC aprendeu que somente com inclusão social e com a tomada de consciência coletiva é possível lutar pela efetivação de direitos. Aprendeu ainda, que precisamos mudar o mundo a partir do lugar onde se vive, com inclusão, com a dimensão do cuidado, da cooperação e solidariedade humana. Este caminho nos dá a esperança de que fizemos uma boa escolha a de lutar sempre pela construção de um mundo melhor, onde todas as pessoas têm o direito a ter direitos.

Enfim, todos os caminhos trilhados pelo MOC envolveram muita gente e proporcionou uma mudança significativa na região de atuação, nas pessoas e comunidades. O MOC aprendeu muito e também ensinou, errou algumas vezes tentando acertar, e acertou porque não temeu o erro. Continua aprendendo a se reinventando, na busca da cidadania e do desenvolvimento humano e social com dimensão de sustentabilidade.



As Sementes do Semiárido.



ANEXO I

MATRIZ ESTRATÉGICA INSTITUCIONAL - MOC PLANEJAMENTO 2014 - 2018



VISÃO

Ser referência nas suas áreas temáticas de atuação, contribuindo para a erradicação da pobreza e o exercício da cidadania, na perspectiva da Convivência com o Semiárido.

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento sustentável, integral e integrado, a inclusão sociopolítica, econômica e cultural, bem como o exercício da cidadania de populações comumente excluídas, povos e comunidades tradicionais, encampando temáticas emergentes no campo das mudanças climáticas, das múltiplas identidades e na perspectiva da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia.

ÁREAS PROGRAMÁTICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PECONTE¹	Crianças e Adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
PCOM²	O MOC reconhecido nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de Convivência com o Semiárido valorizando os sujeitos locais e ampliando o direito à comunicação.
PGEN³	Mulheres nas áreas rurais e periurbanas empoderadas sociopolítico, econômica e culturalmente avançam com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero através de ações integradas e transversalizadas institucionalmente.
PAPAA⁴	Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortalecem a segurança alimentar e diversificam sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido em parceria com as organizações da sociedade civil.
PFEES⁵	Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do Programa consolidados, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção e comercialização, fortalecendo a convivência com o Semiárido.
PDI⁶	O MOC consolida sua sustentabilidade política e econômica, com sinergia entre os programas e desenvolve processos de PMA e gestão financeira, administrativa e de pessoas, com eficiência e eficácia, em observância aos marcos legal, visando o fortalecimento da identidade institucional e da convivência com o Semiárido.

¹ Programa de Educação do Campo Contextualizada

² Programa de Comunicação Institucional

³ Programa de Gênero

⁴ Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia

⁵ Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários

⁶ Programa de Desenvolvimento Institucional

